

FACULDADE PERNAMBUCANA DE SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

LUIZA DA ROCHA ROMA

CARTILHA FAMÍLIA ATENTA:
UMA ESTRATÉGIA DE PSICOEDUCAÇÃO VOLTADA AOS
CUIDADORES DE CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA.

RECIFE

2022

LUIZA DA ROCHA ROMA

CARTILHA FAMÍLIA ATENTA:
UMA ESTRATÉGIA DE PSICOEDUCAÇÃO VOLTADA AOS
CUIDADORES DE CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Avaliadora como pré-requisito para obtenção parcial do título na graduação em Psicologia.

Orientadora: Tahyane Gleice da Silva Lira.

Coorientador: Jéfte Fernando de Amorim Barbosa.

RECIFE

2022

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à professora Tahyane Lira, que acreditou neste projeto desde o início, pela confiança e por ter me apoiado, incentivado e ajudado durante todo o processo de construção deste trabalho. Ao professor Jéfte Amorim, por todo o apoio e direcionamento dado durante a produção deste trabalho. E, por fim, mas não menos importante, à minha família, por todo apoio dado a mim durante a construção deste trabalho, desde o início da minha entrada na faculdade, incentivando-me em todas as ideias e projetos.

RESUMO

Introdução: Trata-se da produção de material informativo no campo da Psicologia da Saúde, centrado em tecer cuidado aos cuidadores de crianças vítimas de violências, sejam estas de natureza física, sexual, psicológica ou relacionada à privação ou abandono (negligência). Todas estas se configuram um grave fator de risco ao seu desenvolvimento e ao seu processo de subjetivação. Por isso, é imprescindível elaborar estratégias para o enfrentamento deste problema sociopolítico que impacta a vida mental das vítimas e de seus cuidadores. Quando se entende que as relações afetivas das crianças com seus cuidadores são a base para que elas descubram as regras do mundo e se encaixem nele, com suas elaborações criativas, cuidar desses cuidadores mostra-se como um recurso direcionado à ressignificação da vida dessas vítimas. Porque a violência pode ser prevenida e as políticas de proteção devem ser efetivas, a psicoeducação coloca-se como estratégia de transmissão de saber e de cuidado em saúde emocional, indo de encontro à naturalização de práticas sociais violentas no cotidiano das crianças. **Objetivo:** Produzir cartilha psicoeducativa voltada à orientação de cuidadores de crianças vítimas de vários tipos de violência. **Método:** Foram selecionados trabalhos técnicos de instituições governamentais e não governamentais, legislações, livros e artigos científicos acerca das violências praticadas e seus efeitos na vida psíquica das crianças, também sobre as estratégias de enfrentamento e de promoção de saúde. A busca bibliográfica sistemática permitiu escolher por conveniência os conteúdos sumarizados no material informativo. O uso do Aplicativo Canva favoreceu a construção gráfica, sob uma escrita dialogada, com estética atrativa, tomando como norteador a técnica da psicoeducação. **Resultados e Discussão:** Pela escrita dialogada, a Cartilha Família Atenta foi composta por imagens, balões de diálogos e outros elementos gráficos que imprimiram certa ludicidade ao material. Há explicações sobre tipos de violências, bem como se ilustram modos de prevenção e de auxiliar as crianças a desenvolverem comportamento de autoproteção. No mais, houve um reconhecimento das competências do sujeito que cuida e a importância dele investir no cuidado de si. **Conclusão:** A cartilha foi feita para ser distribuída com cuidadores(as), instruindo famílias no estabelecimento de um ambiente afetivo seguro para as crianças. Assim, a Psicologia engaja-se no fortalecimento das políticas de atendimento humanizado por via da educação em saúde pública, com práticas psicológicas criativas.

Palavras-chave: Crianças, Violência, Cartilha, Prevenção.

ABSTRACT

Introduction: This is the production of informative material in the field of Health Psychology, focused on weaving children who are victims of violence, whether physical, sexual, psychological or care for deprivation or abandonment (negligence). All of these constitute a risk factor to his and her serious sociopolitical development process, all of which are necessary and designed to face this political problem. When it is understood that the affective relationships of children with their caregivers are the basis for them to discover themselves as rules of the world and to be elaborated in them, with their creative elaborations, taking care of these caregivers is shown as a resource directed to the resignification of the victims' lives. Because violence can be prevented and as protection policies must be effective, psychoeducation is a strategy for transmitting knowledge and care in emotional health, in line with the naturalization of violent social practices in children's daily lives. **Objective:** Produce a psychoeducational booklet aimed at guiding caregivers of children who are victims of various types of violence. **Method:** Technical papers from governmental and non-governmental institutions, legislation, books and scientific articles were selected on the violence practiced and its effects on the psychic life of children, as well as on coping strategies and health promotion. The unsystematic bibliographic search made it possible to choose, for convenience, the contents summarized in the informative material. The use of the Canva Application favored the graphic construction, under a dialogic writing, with attractive aesthetics, taking as a guide the technique of psychoeducation. **Results and Discussion:** Thus, the Cartilha Família Atenta assumed a dialogic writing. The use of images, dialog balloons and other graphic elements gave the material a certain playfulness. There are explanations about types of violence, as well as ways of preventing and helping children to develop self-protective behavior. Furthermore, there was recognition of the skills of the person who takes care and the importance of investing in self-care. **Conclusion:** The booklet was made to be distributed with caregivers, instructing families in the establishment of a safe affective environment for children. Thus, Psychology engages in the strengthening of humanized care policies through public health education, with creative psychological practices.

Key words: Children, Violence, Booklet, Prevencion,

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO.....	7
1.1. AS CRIANÇAS A FAMÍLIA E O APOIO SOCIAL.....	8
1.2. VIOLÊNCIAS CONSTITUTIVAS E REINVENTADAS NO COTIDIANO: MAL SOCIAL QUE ATINGE AS CRIANÇAS.....	12
1.3. CRIANÇAS VIOLENTADAS: GRAVE DEMANDA PARA A PSICOLOGIA E PRÁTICAS DE PREVENÇÃO.....	15
2. OBJETIVOS.....	19
2.1. OBJETIVOS GERAIS.....	19
2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	19
3. MÉTODO.....	20
3.1. TEMAS ABORDADOS.....	20
3.2. PÚBLICO ALVO.....	20
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	21
5. CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS.....	24
6. REFERÊNCIAS.....	25
7. APÊNDICE.....	31

1.0 INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso na Graduação em Psicologia se efetivou como uma proposta de ação psicoeducativa focada em cuidar dos cuidadores de crianças vítimas de violências, sejam física, psicológica, sexual, por abandono ou negligência. Norteou-se pela noção de que, amparar os cuidadores é uma via de incentivo à construção de um ambiente potencial para as crianças, notadas como sujeitos sociais de direitos e de desejo. Neste trabalho, o produto final foi uma cartilha que sucedeu de discussões interdisciplinares em torno das práticas de violência das quais as crianças brasileiras são vítimas.

O interesse pelo material informativo surgiu de reflexões advindas na experiência de estágio curricular obrigatório no Centro de Referência para o Cuidado das Crianças, Adolescentes e suas famílias em situação de violência (CERCCA). Nas experiências de escuta clínica da estudante com esses cuidadores, em sintonia com os conhecimentos adquiridos na graduação em Psicologia na FPS, a graduanda notou certa fragilidade de informações por parte dos cuidadores, sobre o sistema de cuidado que existe para os ajudar, e que não havia um material de apoio, direcionado a esse público, compilando dados que lhe fossem úteis.

Supondo que tal falta de apropriação sobre o tema e sobre como agir diante das situações de violências vividas pelas crianças pode promover condutas de risco e violações dos direitos das crianças e a desconsideração de suas necessidades de cuidado, a estudante propôs uma cartilha voltada aos cuidadores, enquanto uma modalidade de ação psicológica a favor da valorização da vida das crianças, com um enfoque preventivo e interdisciplinar.

Destaca-se a relevância deste trabalho acadêmico, sendo compromisso da Psicologia estar continuamente elaborando estratégias de suporte no enfrentamento das práticas violentas. Mais ainda, ao se registrar que os números da violência sexual contra crianças só cresceu em 2022, sendo um grave problema não superado e persistente na vida das crianças.

Vale ainda pontuar nesta introdução que, de acordo com Krug *et al.* (2002), no “Relatório Mundial sobre a Violência e Saúde”, a Organização Mundial da Saúde (OMS) define a violência como a utilização da força ou poder como ameaça ou na prática contra si, contra o outro, um grupo ou comunidade que pode acabar ou possa acabar em “sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação”. Chauí (2017) retomou esse conceito, complementando que violência é o “exercício da crueldade”.

Foi na Constituição de 1988, que o Brasil se iniciou na luta sociopolítica pela garantia dos direitos humanos das crianças e adolescentes. Ela foi seguida da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que sanciona no Artigo 4º, caber à família, à sociedade e ao Estado colocar à crianças, o adolescente e o jovem “a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. (BRASIL, 1988).

Contudo, o Governo Federal (2021) afirmou que, no primeiro semestre de 2021, a violência contra a crianças e o adolescente bateu o número de 50.098, sendo mais de 90% das denúncias violência contra a integridade física ou psíquica, e mais de 70% destas ocorriam todos os dias. Nunes e Sales (2016) apontaram que a negligência é a forma de violência mais frequente contra as crianças, seguido de violência física e depois a sexual. Apesar desses marcadores legais, neste Século XXI, a violência contra as crianças ocorre primordialmente dentro de casa, enquanto a violência contra os adolescentes ocorre na rua. São vítimas dentro de casa, e quando crescem, são vítimas na rua (REIS e COELHO, 2021). Os prejuízos disso são vários e severos, desvelando que as famílias carecem de cuidado em saúde mental, para que possam melhor cuidar de suas crianças.

Para abordar esse assunto, apresenta-se antes uma leitura interdisciplinar sobre como as crianças e suas infâncias foram concebidas no Ocidente, e marcadas por práticas violentas.

1.1. As crianças, a família e o apoio social

A palavra infância deriva de “infante”, do latim “infans”, que significa ser não falante. Mesmo que seja por volta dos três anos que as crianças já tenham desenvolvido um bom repertório de fala, elas foram e são desprovidas do seu lugar de fala. E isso impactou os processos de construção sociocultural em torno das crianças, incluindo uma desvalidação que lhe foi adjudicada no dia a dia (BRASIL, 2002; COHN, 2009).

Os estudos de Rousseau sobre a Primeira Infância surgiram como uma das maiores contribuições para a educação sociofamiliar. Foi em suas teses que o conceito moderno de infância surgiu, reconhecendo ser necessário, desde que elas nascem, as crianças serem respeitadas em seu próprio mundo - a infância. Questionou-se então o pensamento de que se deveria esperar as crianças atingirem a fase adulta para começar a educá-las, vistas como um pequeno adulto defeituoso. Inversamente, caberia ao adulto cuidar delas, ajudá-las a adaptar-se às regras do mundo, mas sem autoritarismos, e sim com o compromisso de valorizar suas

particularidades, para seu melhor desenvolvimento físico e cognitivo. (ROUSSEAU, 1979; FRIEDMANN, 2011).

Atualmente, sabe-se que o suporte social e familiar tem um papel de destaque na educação das crianças, para sua autoestima e diminuição de predisposição à desordens mentais. mais ainda quando estão passando por uma situação adversa. Isso ocorre, porque a rede de apoio social é constituída pelos recursos disponíveis que o indivíduo encontra ao seu redor, podendo ser a família, escola, as instituições que as crianças têm contato, que atuam na oferta de suporte institucional e de pessoas por meio das políticas e programas públicos. (MOMBELLI, et al., 2011).

Especificamente, a família é o núcleo provedor, e principal, de práticas educativas, valores coletivos e individuais. É quem vai inicialmente ajudar na socialização da criança, dentre outras funções importantes. Além de ser a mediadora inicial das trocas relacionais das crianças com a sociedade, ela deve oferecer meios para a satisfação das necessidades básicas delas, fornecendo o suporte e a proteção diante de situações adversas. Para que tenha um bom funcionamento nisso, é necessário que exista uma coesão familiar, comunicação assertiva, adaptabilidade dos membros a mudanças, um vínculo emocional seguro. As pessoas que ocupam o local de cuidadores das crianças devem se preocupar em satisfazer as necessidades delas, sempre se preocupando em, também, introduzi-las aos limites e responsabilidades. Uma família com pais que apresentam dificuldade em se regulação e com frequentes momentos de conflitos acabam por refletir negativamente na qualidade das relações de sua família. (MOMBELLI, *et al.*, 2011, MILANI e LOUREIRO, 2005).

Por isso, o bem estar da criança não depende do modelo conservador de família patriarcal. Antes a maioria das crianças cresciam em famílias com sua mãe e seu pai biológicos casados. Hoje, é mais comum encontrarmos crianças nascidas em uma família com pais divorciados, mãe e pai solteiros, com um casal de gays ou de lésbicas, com pais adotivos. O importante é que, em suas diversas versões de vida familiar, os cuidadores dessas crianças possam cooperar entre si, que estejam dispostos a fortalecer o vínculo com seus filhos e que estejam envolvidos com frequência e positivamente em sua vida. (PAPALIA, 2013).

Apesar dessa importância da família, torna-se necessário o afastamento das influências parentais. É na interação com seus iguais que novas perspectivas são introduzidas e as crianças ficam livres para fazer seus próprios julgamentos, senso essencial para o processo de

constituição da sua identidade. (PAPALIA, 2013). Para Ariès (2012), a infância é intrinsecamente conectada à cultura social, não havendo assim uma definição concreta ao seu respeito. Existem vários conceitos, visto que a visão do que é ser crianças não é a mesma em todas as culturas. Na antropologia, as crianças são os autores da infância, possuindo um papel ativo na sua constituição, produzindo sua própria cultura, enquanto dão sentido ao mundo que as rodeia. (COHN, 2009).

A inserção das crianças em diferentes contextos é essencial para seu desenvolvimento. Quando a inserção em novos ambientes é feita de forma paciente com as crianças, dando o espaço para explorarem, errarem, chorarem e voltar a explorar, não só aumenta seu repertório de habilidades, como também diminui sua vulnerabilidade a riscos. Na interação com seus pares, as crianças adquirem um senso de filiação, são motivadas a realizar atividades e, ao se ver com seus pares, conseguem aferir suas capacidades com mais realismo, adquirindo um maior senso de autoeficácia. (D'AVILA-BACARAJI, 2005, PAPALIA, 2013).

É urgente firmar no cotidiano das práticas sociais o entendimento de que os comportamentos e pensamentos das crianças não são compreendidos por inteiro pelos adultos. Então, por mais que elas adotem trejeitos, falas, brincadeiras e certos comportamentos do mundo adulto, existe uma dimensão exclusiva para as crianças. Seu modo de ocupar a área de *playgrund* vira um sistema de novos significados. Suas falas e seus comportamentos indicam processos de constituição de valores. A forma que simbolizam e que compartilham suas simbolizações são os instrumentos necessários para entendê-las em seu mundo. Por isso, observar, escutar e interpretar essas informações das crianças, é um primeiro passo para se saber interagir melhor com as mesmas, pois é assim que podemos ter acesso a quais são suas necessidades, dificuldades, anseios e desejos. (FRIEDMANN, 2011).

Compactuando dessa compreensão, sob uma leitura winnicottiana, o saber psicológico defende a importância dos laços afetivos estabelecidos em torno da infância para seu desenvolvimento emocional. O ambiente interativo vivido com os adultos pode ser marcado por experiências agradáveis, mas também por hostilidades que marcam a subjetividade das crianças, com impacto em sua própria produção de saúde mental. Desde bebês, elas precisam ser tratadas como pessoas pelos adultos em sua volta, necessitam que eles sejam suficientemente bons para favorecer suas potencialidades. Enquanto cuidadores delas, eles seriam assim o próprio ambiente potencial criativo imprescindível ao psiquismo das crianças. (WINNICOTT, 2000).

Na infância, as crianças enfrentam grandes desafios, pois é o início de seu desenvolvimento intelectual, emocional e afetivo, ainda não possuindo habilidades para lidar com as adversidades que enfrentam, cabendo à sua família e sua rede de apoio social lhe oferecer esse suporte. As consolidações das conquistas cognitivas e socioemocionais ocorrem no período entre os 6 e 12 anos, sendo uma fase constituída de novas demandas, tanto acadêmicas quanto interpessoais. Assim, as várias possibilidades de dar suporte que a família pode ofertar à criança vai interferir positivamente ou negativamente em seu repertório. (MOMBELLI, et al., 2011, D'AVILA-BACARAJI, 2005).

As situações adversas estão presentes em todas as fases da vida que podem ser um risco psicossocial, que é a existência de situações negativas e meios sociais que afetam o bem estar das crianças e de sua família, eles podem limitar a capacidade adaptativa afetando o enfrentamento de problemas futuros. Problemas físicos, comportamentais e emocionais ficam vulneráveis a serem desenvolvidos em indivíduos que vêm de um núcleo familiar instável e não estimulante. (MILANI e LOUREIRO, 2005).

No outro lado da moeda, há os fatores de proteção, que diminuem a intensidade dos fatores de risco. Estes incluem o cuidado estável ofertado pela família, o desenvolvimento da autoeficácia, a possibilidade da presença do apoio social e emocional dos grupos além do núcleo familiar. (HABIGZANG *et al.*, 2002). O suporte advindo de uma relação familiar e dos seus pares, são essenciais no processo de proteção, atenção e cuidado das crianças. A falta ou as falhas de uma rede de apoio social e afetiva ocasionam vulnerabilidades nas crianças, que ficam com suscetibilidade individual, para potencializar os efeitos negativos no enfrentamento de situações adversas, sendo isso um fator de risco à sua vida psíquica. Em contrapartida, crianças resilientes se mostram mais capazes de enfrentar as adversidades de forma que as satisfaçam, sendo este um fator de proteção. (HABIGZANG *et al.*, 2002).

Um dos modos de acionar esses e outros fatores de proteção são os dispositivos políticos instituídos. Foi criado o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças, formado por serviços de educação, saúde, assistência social, judiciário, entre outros, incluindo conselhos municipais, estaduais, distritais e nacionais, o governo e a sociedade civil. A institucionalização desse sistema foi dada em três eixos de estratégia: defesa, promoção e efetivação dos direitos humanos. Ao se constatar que as crianças ainda são marcadas por práticas violentas estruturais, que permeiam suas casas e seus diversos ambientes de convivência, esses serviços estão

voltados a trabalhar enquanto rede intersetorial, pela efetivação do ECA. A (BRASIL, 1990; UNICEFFc, 2021).

Ainda que existam esses dispositivos operacionais, o silenciamento das violências ainda é uma realidade, prejudicando a vida das crianças, tornando-as um grupo vulnerado. Afinal, a violência é esse fenômeno universal e multifatorial que deve ser superado. Talvez, o processo de reinvenção de modos de relacionamento social aponte uma saída.

1.2. Violências constitutivas e reinventadas no cotidiano: mal social que atinge as crianças

Cabe dizer agora, toda prática ou ideia que reduz o sujeito a um objeto-coisa que não tivesse razão, liberdade, indigno de respeito e direito, desumaniza o sujeito. O que aniquila o sujeito são os modos de viver em família e de interagir com a sociedade ainda acontecem mediante as práticas coloniais, com práticas de servidão-dominação. Portanto, pensar nas violências constitutivas e consolidadas no Ocidente, mais ainda, em países periféricos como o Brasil, requer fazer observância às colonialidades da vida.(MIGNOLO, 2017)

Quando a América foi encontrada utilizaram da “bandeira da missão cristã” para inventá-la, mapeá-la e, como fim, tomá-la como posse. Cada região do mundo que sofreu com o colonialismo (os países da América Latina, África, entre outros) sente seus efeitos de formas diferentes, ainda hoje. Isso mostra que a colonialidade não é um termo universal, mas surgiu como uma opção de representar os sentimentos dentro das relações sociais que sofrem com as consequências do período colonial. (MIGNOLO, 2017).

Em contrapartida, o movimento decolonial surgiu como uma contracultura ao pensamento linear, eurocentrado, hegemônico, questionando os sistemas de opressão, tais como o racismo, a misoginia e o machismo, que despersonalizam as pessoas e desconsiderando a interculturalidade própria do humano. Esse movimento abriu as portas para novas possibilidades de pensar e viver a vida. (ABRAMOWICZ e RODRIGUES, 2014).

Não há dúvida, de que as violências afetam o indivíduo de diversas formas, deixam precarizadas suas vidas, interferindo na sua emocionalidade e no seu estilo de viver. Violências interpessoais, comunitárias, coletivas, institucionais, podem gerar também violência autoprovocada (autodirigida). Sejam de natureza física, sexual, psicológica ou relacionada a

privação ou abandono (negligência), todas as formas de violências podem levar o outro a perder sua vida. (DAHLBERG e KRUG, 2007; OLIVEIRA, 2018).

Minayo (2006) acrescentou à tipologia das violências a violência estrutural. Disse que esta se refere à fome, desigualdade social, étnica e de gênero, que não ocorre de forma direta, mas sim é perpetuada pois está enraizada em nossos processos sociais, está normalizada em nossa cultura, gerando privilégios e formas de dominação. Essa violência ocorre por processos sociais, políticos e econômicos; inferioriza as periferias sociais, com seus mecanismos de superexploração e colonialidades de poder, como afirmou Oliveira (2018).

Dentro deste entendimento colonial, a infância foi utilizada como um dispositivo de poder, sendo precarizadas por sistemas opressores, como o adultocentrismo. Ela foi colocada no molde, segregadas conforme raça, etnia, sexo e classe social, valorizando-se a imagem e ideia do que seria ser uma criança, acabando por tornar não só as crianças, mas também a infância em única. (ABRAMOWICZ e RODRIGUES, 2014). E os adultos-responsáveis se tornaram seus donos, dominando os corpos e pensamentos infantis. Objetificadas, elas não puderam chorar, nem falar, tendo a rotina definida em padrões idealizados. (JANIN, 2002).

A violência física (ação intencional, única ou repetida, que causa danos físicos independente do grau), psicológica (ocorre quando um adulto interfere negativamente na competência social da criança, por meio de atos e falas faz ela sentir-se ignorada, rejeitada, isolada, ameaçada, corrompida e aterrorizada), sexual (ato ou jogo sexual que tem como intenção o estímulo sexual ou de usar a criança para obter satisfação sexual) e negligência (quando pais ou responsáveis pela criança a abandonam e/ou são omissos em suprir as necessidades básicas, da supervisão da garantia da segurança e desenvolvimento da criança) são todas caracterizadas, pelo ECA, como formas de violência doméstica contra a criança. (BRASIL, 1988).

Durante séculos, a violência doméstica, por meio da violência física e psicológica, foi inserida nas dinâmicas familiares e aceita, acreditando ser uma forma de educar, de passar valores. Hoje, como fruto das relações coloniais e à forte presença do poder patriarcal, as dinâmicas familiares ainda estão pautadas dentro da dominação, exploração e violência. (REIS e PRATA, 2018; DUARTE, 2005).

Dentro da violência doméstica, a violência física é a mais comum, e normalmente ocorre associado à negligência familiar, dependência de narcóticos e alcoolismo por parte dos

cuidadores. Conforme Reis e Prata (2018), os laços coloniais ocasionaram prejuízos ao bem-estar psicossocial das famílias, incluindo os impactos no seu modo de educar e passar valores. Isso reflete nos dados epidemiológicos, como Lima *et al* (2021) apontou, que das crianças de 0 até os 14 anos do Brasil, 68% delas já foram vítimas de violência física dentro de casa. Entre 2015 e 2016, dentro do contexto de violência sexual, 59% das denúncias apresentavam como os maiores suspeitos os genitores das crianças, e ocorrendo, em 53% dos casos, na casa delas. (CRUZ *et al.*, 2021).

A curto prazo, as crianças vítimas de violências podem apresentar sentimentos de culpa, tristeza, baixa autoestima, ansiedade, dificuldade para dormir, agressividade, desejos de vingança, alotriofagia, isolamento, pode ainda repercutir em repetência escolar. A longo prazo, essa violência acaba interferindo não só nas suas relações, como aumentando a probabilidade de se envolver em relacionamentos românticos ou de amizade violentos. E se estabelece um mecanismo de legitimação e de reprodução do comportamento agressivo como uma forma de resolução de conflitos. (LIMA *et al.*, 2021; REIS e PRATA, 2018). O impacto negativo é global, atinge seu desenvolvimento psicológico, social, físico e sexual. (ABRINQ, 2013).

E mesmo que hoje o entendimento sobre infância seja mais positivo e abrangente, restringe-se aos campos de estudo e pesquisa, pois as crianças são ainda socialmente vistas e tratadas como universais, sendo generalizadas, implantando-se feridas na sua singularidade individual e cultural. Esse contexto submete as crianças às violências, colocando-as em um papel que deve obedecer aos seus cuidadores, sem questionar condutas, sendo punidas fisicamente, obrigadas à obediência. Foram os próprios cuidadores que acabaram realizando atos violentos, com agressões físicas, ameaças e abandono. (ABRAMOWICZ e RODRIGUES, 2014; REIS e PRATA, 2018).

Retomando o que Oliveira (2018) fala sobre a violência e sua normalização no espaço doméstico, podemos entender que as relações coloniais, com a forte presença do poder patriarcal que geraram nas dinâmicas familiares pautas de dominação e subordinação sobre o outro, seja promotoras de ambientes afetivos hostis ao processo de subjetivação das crianças. Importa dizer ainda, que quando a violência ocorre na família, é mais fácil e existe uma maior probabilidade de acobertamento do caso visando proteger o agressor, deixando as vítimas em uma situação de vulnerabilidade que pode durar por anos. (LIMA, *et al.*, 2021).

Não se trata de culpabilizar os cuidadores, mas de observar que eles também carecem de cuidado e informações para se reposicionarem diante das crianças, desconstruindo práticas abusivas seculares. A maioria dos cuidadores reproduzem violências sem saber que é violência, e muitos fazem isso pois é um reflexo da forma que seus pais os educaram. Portanto, antes de abordar sobre as formas de prevenção a essas violências, é preciso melhor entender uma parte do que a psicologia pode oferecer nesse processo. Um dos caminhos é através de uma leitura psicanalítica.

1.3. Crianças Violentadas: grave demanda para a Psicologia e Práticas de Prevenção

O psicanalista inglês Donald Winnicott direcionou seus estudos para o desenvolvimento emocional da criança, dentre eles, destacam-se o que ele fala sobre o papel que o ambiente e a pessoa responsável pelo cuidado da criança têm no desenvolvimento humano. O processo de integração do “Eu” (como instância psíquica) do bebê ocorre a partir da interação da mãe ou cuidador da criança com o ambiente, sendo essas as instâncias necessárias para a facilitação do processo. A pessoa no local de cuidado deve oferecer às crianças um ambiente de sustentação e acolhimento, ao cumprir o papel de “mãe suficientemente boa”, o verdadeiro “Eu” da criança pode emergir. (WINNICOTT, 2000).

Ao longo da infância, é este ambiente que permitirá a integração do “Eu” da criança, que entenderá sua diferenciação em relação ao outro, e passará a interagir com o meio com crescente independência, enriquecendo suas experiências. É o ambiente afetivo construído nas experiências do adulto que provocará na criança sua sensação de autoconfiança, para enfrentar dificuldades na vida cotidiana, seja na família, na escola ou em outros espaços sociais. Caso esse ambiente seja agressivo, inseguro, hostil, desagradável, ele poderá atingir o funcionamento psíquico da criança. (WINNICOTT, 2000).

Cabe acrescentar, quando se trata em considerar a clínica do trauma causado pelas práticas de violência sexual contra crianças, vale considerar o que Ferenczi (1992) abordou. De início ocorre a confusão de linguagem, em que a criança investe pela linguagem da ternura no adulto, e ele lhe responde com a linguagem da sexualidade. Para o autor, o trauma vai ser instaurado a partir da interação de dois contextos, o acontecimento que gerou o trauma, como o ato violento, e a reação que o adulto virá a ter em relação ao sofrimento da criança, que tentará desmentir a experiência. Esse contexto ocasiona uma clivagem psíquica, que pode ser entendida como uma reação ao tentar encobrir o trauma, causando uma desordem psíquica e

resultando no comportamento passivo da vítima, em submissão excessiva aos comandos do abusador sexual. É a excitação sexual excessiva, antecipada e inusitada que causa nas crianças um choque, pois elas não estavam preparadas para lidar com essas sensações impostas a elas. Contudo, o ódio e a repugnância sentidos pelas crianças pelo investimento sexual do adulto são reprimidos pelo medo intenso, sentem-se físicos e moralmente impotentes. Quando é algo que ocorre com frequência, as crianças podem acabar por associar essa situação de violência ao afeto, sendo ainda mais complicado sair dessa relação. (FERENCZI, 1922).

À luz dessas teorias, compreende-se que a criança, diante da confusão de como reagir a uma situação, busca o olhar de seu cuidador para ter um referencial de compreensão. Com isso, cabe retomar a parte que Ferenczi trouxe em relação à importância que tem a reação que o adulto terá frente ao sofrimento da criança, pois, assim como Winnicott, ele ressalta que é necessário uma boa qualidade das crianças com seus responsáveis (os objetos) para o amadurecimento emocional da criança; se os pais tivessem de fato adaptando-se às necessidades da criança, tal situação não acabaria sendo traumática. (PAPALIA, 2013; FUCHS e JÚNIOR, 2014).

As maiores preocupações que as famílias têm em relação às suas crianças, nos primeiros três anos de vida, são em relação aos problemas de saúde, a resposta às suas necessidades básicas, o choro e o comportamento. E quando sentem a necessidade de pedir ajuda, são os profissionais de saúde quem mais recorrem para orientá-los (FERNANDES, *et al.*, 2012), sendo o profissional de psicologia um dos que ocupam este local.

Ao trabalhar com crianças vítimas de violências, é necessário que o profissional de psicologia esteja inteirado e engajado política e socialmente com as demandas e necessidades infantis, é importante que ele saiba as legislações, quais os papéis dos atores que atuam na proteção e garantia dos direitos da criança, mais ainda, desenvolva práticas psicológicas de prevenção. Da mesma forma que para se falar de violência é preciso uma leitura interdisciplinar, a prevenção também deve ocorrer de forma interdisciplinar. (BALBINOTTI, 2008).

A prevenção é um conjunto de medidas tomadas para fortalecer as condições de proteção da pessoa, promovendo a sua saúde. Estimular o autoconhecimento, autocuidado e o apoio social são apontadas como estratégias de prevenção, criadas para proteger e defender o indivíduo e determinados grupos (BRASIL, 2010). No contexto de violência contra a criança,

ressalta-se que sua proteção é papel de todos, incluindo os familiares e os profissionais da rede socioassistencial do Sistema de Garantia de Direitos. (ABRINQ, 2013).

Ressalta-se como um dos norteadores da prática psicológica engajada nas políticas de saúde, a “Linha de Cuidado para atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violência” (Ministério da Saúde, 2010). Por meio desse mecanismo político de prevenção em saúde e combate às violências, o psicólogo pode orientar sua prática pela promoção da saúde e cultura da paz.

Apesar das políticas implantadas, segundo Egry (2017), os números de violência contra a criança continuam altos e diversos profissionais da saúde trabalham sem capacitação para lidar melhor com esses casos, diante de uma rede ainda muito desarticulada. Os psicólogos estão inclusos nesta evidência, mesmo que diante de seus próprios avanços técnicos-científicos.

Um dos caminhos para esse aprimoramento é pensar a saúde sob a ótica psicossocial, levando em conta os vários contextos e grupos expostos a condições de saúde impróprias. Levar em consideração os contextos sociais, culturais e ambientais relacionados aos indivíduos e sua saúde tem como prioridade a manutenção e promoção da saúde através de intervenções nas comunidades. (ALMEIDA e MALAGRIS, 2011).

A prevenção da violência deve considerar essa complexidade e amplitude desta patologia social. O papel da psicologia destaca-se aqui, na medida em que é um campo científico que tem relação direta com a busca da compreensão e acolhimento humano, seu papel de proteção é crucial para pensar o desenvolvimento e a vida psíquica das crianças vítimas de violência. (ALBERTO *et al*, 2008; BALBINOTTI, 2008).

É importante lembrar, é de sua responsabilidade favorecer “a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”, conforme o Princípio Fundamental II do Código de Ética do Psicólogo. Segundo o CREPOP (2020), o cuidado em Psicologia deve incluir o compromisso dos psicólogos com as políticas públicas e os Direitos Humanos. Por isso, estes profissionais devem estar orientados ética e politicamente, para ao realizar suas práticas de intervenção junto às crianças e adolescentes vítimas de violência. Todavia, atualmente, nota-se que muito ainda precisa ser aprimorado neste campo de atuação, principalmente, no tocante à qualificação do saber e da prática dos(as) psicólogos(as) que atuam em políticas públicas.

A Psicoeducação é uma forma que a psicologia tem de ofertar ao público as informações necessárias para que ocorra uma sensibilização sobre o problema social que é a violência contra

as crianças. A Psicoeducação surgiu na década de 70 após profissionais da área de saúde começarem a perceber a importância de orientar seu paciente em relação à situação que ele está vivenciando. Ela é uma forma de aprendizagem que viabiliza mecanismos salutogênicos, possibilitando a detecção de dificuldades (ABRANCHES e ASSIS, 2011; NOGUEIRA *et al.*, 2017). Acredita-se que uma cartilha informativa seja um caminho psicoeducativo. Neste trabalho, ela foi pensada em articulação com uma perspectiva psicanalítica em saúde mental na infância.

2.0 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral:

- Produzir cartilha psicoeducativa voltada aos cuidadores de crianças vítimas de vários tipos de violência, os acolhendo e orientando sobre como ajudar a sua criança e as crianças ao seu redor.

2.2 Objetivos específicos:

- Acolher os cuidadores das crianças em relação ao local difícil que estão, sensibilizando-os sobre a necessidade de cuidar de si para poder cuidar das crianças;
- Inteirar os cuidadores sobre como acontecem e os efeitos da violência contra as crianças e como eles podem ajudar na formação de autoproteção da criança, norteando-os com práticas que podem prevenir à violência;
- Orientar os cuidadores quanto à possibilidade de atuação dentro da descoberta ou suspeita de que crianças estão sendo vítimas de violência, apresentando o sistema de garantia de direitos, e os locais em Recife que podem ser procurados para ajudá-los na proteção das crianças.

3.0 MÉTODO

Para montar esse produto psicoeducacional, foi feita uma pesquisa de revisão narrativa, uma forma de revisão de literatura que não segue um protocolo sistemático para direcionar a busca e análise crítica da literatura encontrada, a busca das fontes não é totalmente pré-determinada, sendo selecionadas de forma arbitrária. (UNESP, 2015). Os artigos encontrados foram analisados e selecionados a partir do conteúdo contido neles, por meio de artigos científicos (encontrados em bases de dados como o Google Acadêmico, Scielo e Pepsic) e dos livros de autores que são referência nesse tema. Foi usado o aplicativo Canva, para auxiliar a produção de uma estética gráfica interativa, direta e convidativa a quem for destinada.

3.1. Temas abordados

A revisão narrativa dos estudos foi realizada acerca dos temas da sensibilização com os cuidadores, o papel dos cuidadores, direitos das crianças, violação de direitos, violências, orientações de atuação com as crianças, autoproteção infantil, o sistema de garantia de direitos e suas entidades no município de Recife. O conteúdo escolhido para estar na cartilha foi selecionado a partir do que foi entendido, a partir da literatura, como informações relevantes e necessárias de serem definidas de forma clara e objetiva para atingir o objetivo da cartilha. O acesso às informações necessárias para entender o problema e as possibilidades de atuação em cima dele, deixarão os cuidadores mais atentos aos sinais, possibilitando não só eles a identificarem situações de violência, mas também as pessoas ao seu redor. É somente após o entendimento e aceitação da situação que estratégias de ações podem ser pensadas, e como nem sempre o profissional poderá estar ao lado da família ou presente nas comunidades, é importante que esse público se aproprie, possuam a informação, para que possam se entender na situação e atuar na garantia de direitos das crianças de forma mais autônoma.

3.2. Público alvo

A cartilha tem como público alvo os cuidadores das crianças vítimas de violência, assistidas nas unidades de proteção da cidade do Recife.

4.0 RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A cartilha ficou com 28 páginas. Sabendo que o público é amplo, e pode vir de qualquer contexto, foi utilizada uma linguagem direta, objetiva e lúdica, de forma a ser lida visando a

construção de um diálogo. Elementos gráficos como balões de diálogos, ícones que representam membros da família. Eles foram criados para criar identificações com as imagens apresentadas, chamando mais a atenção e facilitando a leitura. A cartilha não tinha a intenção de se aprofundar nas temáticas, então quando foi sentida a necessidade de acrescentar informações, balões pontuados com “você sabia?” foram colocados nas páginas, com textos objetivos e informativos que complementam a informação escrita. Continuando com a importância de priorizar uma leitura que melhor capte o interesse do público-alvo, a mesma fonte foi utilizada durante toda a cartilha, só mudando em algumas páginas para realçar o título. Foi priorizado um fundo branco com as letras em azul, para facilitar a leitura.

Os momentos de acolhimento e sensibilização estão todos voltados para os cuidadores, cuidar deles é um caminho para cuidar das crianças. Durante a cartilha, violência e suas principais formas foram explicadas, pois é necessário reconhecer o impacto da violência para poder agir em relação a mesma. A educação afetiva, inteligência emocional, o ambiente seguro de Winnicott, orientações de autoproteção também foram inseridos na cartilha, centrando-se em relações de afeto seguras e a urgência pela diminuição da hostilidade em determinado ambiente. Também se incluiu uma sensibilização sobre a necessidade de o cuidador se engajar no cuidar das crianças, reforçando a importância de tomar decisões.

Outro ponto essencial da cartilha foram as orientações de locais de cuidado além da casa. Deve-se reconhecer que o cuidado vai além do lar, e que existem pessoas e locais de estão trabalhando em conjunto para garantir o cuidados às crianças.

Tendo isso em mente, o conteúdo foi organizado de forma que ficasse fácil de localizar cada temática, para que o cuidador que estiver lendo possa se localizar de forma mais rápida. Os elementos da cartilha foram pensados da seguinte forma:

- **Capa:** Foi elaborada para apresentar o material da forma mais convidativa possível, e que possa já introduzir a temática que será abordada ao longo da cartilha.
- **Apresentação:** Foi elaborada pensando em apresentar o público à cartilha, para que saibam como ela foi pensada, para quem e para qual fim.
- **Sumário:** Montada para que os temas possam ser apresentados, facilitando à pessoa direcionar sua leitura, caso queira.
- **Esta cartilha é sua!:** Escrita para que o cuidador possa sentir-se acolhido e entender o caminho que a cartilha irá trilhar.

- **Quando você soube da notícia, também se sentiu assim?:** Entendemos que por mais que a vítima seja a criança, o cuidador também ficará mobilizado com a notícia. Essa página é essencial para dar continuidade ao acolhimento do cuidador, e lembrá-lo de cuidar de si também. É seguida de uma página que apresenta o que é e a importância da “inteligência emocional” e do “ambiente afetivo potencialmente seguro para a criança”. Estes são fatores de proteção essenciais para serem postos em prática, que beneficiarão os cuidadores e as crianças.
- **Cuidador(a), você sabia?!** Nesta página começa a ser introduzido a rede de apoio e alguns pontos importantes da Lei nº 8.069/1990, o ECA, que é melhor apresentado na página seguinte. Esse assunto é essencial pois introduz o cuidador a alguns dos direitos básicos da criança.
- **É importante você saber:** Nesta página são explicados aos cuidadores “o que é violação de direitos das crianças?” e “o que é violência?”. São conceitos básicos e essenciais de serem compreendidos na jornada de proteção das crianças. A página seguinte dá continuidade a esse assunto, abrindo o caminho para definirmos quais as principais formas de violências contra as crianças.
- **Principais formas de violência contra à criança:** As próximas 5 páginas foram usadas para explicar o trabalho infantil, a negligência, violência sexual (que compartilha a página com o tópico “quem pratica a violência?”), para falar sobre mitos x verdades sobre a violência sexual, violência física e psicológica.
- **Educação afetiva pode ser sua saída!:** Esse tema foi escolhido para ser após as violências físicas e psicológicas, pois estas são comumente utilizadas como forma de educação, então além de problematizar esse ponto, foi sentida a necessidade de apresentar possibilidades de atuação que poderiam entrar no local dessas violências.
- **Lembre-se!:** Esta página é voltada para a sensibilização do papel dos cuidadores na vida das crianças, reforçando breves atitudes que podem ter com elas para reforçar seu vínculo com a criança e sua autoestima. Sendo estas atitudes que reforçam os fatores de proteção.
- **Como você pode auxiliar as crianças nesse caminho de autoproteção?:** As próximas 4 páginas são voltadas para orientações e avisos. As 3 primeiras são as atitudes que os cuidadores devem ter com as crianças para garantir um bom vínculo, servindo como estratégias de educação, de prevenção e também de apoio às vítimas. A última página é um aviso que serve como reforço para a importância de se apropriar da segurança das crianças.

- **Sistema de Garantia de Direitos:** As próximas 7 páginas são voltadas para a apresentação do Sistema, como ele pode ajudar o cuidador, onde e de quais formas esse cuidador pode denunciar casos de violação de direitos das crianças. As últimas 5 páginas são compostas pelo endereço dos Conselhos Tutelares, junto com o RPA que cada endereço atende, e o do Departamento de Polícia da Criança e do Adolescente, todos com uma ilustração visual do mapa para que o cuidador possa se localizar melhor.
- **E a vida segue!:** Esta página é um fechamento de tudo que foi dito, reforçando aos cuidadores que apesar da dificuldade, existe uma perspectiva de melhora, por meio de um acolhimento e relação a situação, um reforço da necessidade de atitude por parte do cuidador, o reforço da existência da rede de apoio e uma sensibilização acerca da importância de denunciar.
- **Referências:** As principais referências utilizadas para a construção da cartilha.
- **Ficha catalográfica:** Página para indicar os envolvidos no processo de construção e revisão da cartilha.

Como resultado deste estudo, apresenta-se a cartilha em Apêndice.

5.0 CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

Crianças são vulneradas de diversas formas, postas em sofrimento psíquico e prejudicadas no seu desenvolvimento, pelo impacto de várias práticas violentas impostas pelos adultos, no cotidiano. Ressaltar o problema que é a violência contra as crianças não é suficiente, é necessário também abrir espaço para o cuidado com os(as) cuidadores(as), para fins de promover a construção de uma cultura não violenta no cotidiano infantil.

Então, o presente trabalho é uma contribuição da Psicologia da Saúde, no que diz respeito à (re)invenção de suas práticas. A Psicologia tem essa função de criar e recriar suas possibilidades de contribuir com ambientes familiares que se façam potenciais criativos para suas crianças. Este trabalho defendeu as relações familiares orientadas pelo diálogo respeitoso, que valoriza negociações como modo de praticar a prevenção contra as violências.

A Cartilha foi situada no processo de aprimoramento das práticas psicológicas decoloniais com crianças. Alertou sobre o papel dos cuidadores no estímulo à autoproteção da criança, realçou o autocuidado desses cuidadores e informou quais entidades procurar para proteger a criança de que cuidam. Trouxe um caminho educativo para sensibilizar o público-

alvo, quanto a sua função protetiva com responsabilidade e afeto. Por estas informações, que se observaram atingidos os objetivos deste trabalho.

Enquanto um material de apoio, pode vir a favorecer familiares/cuidadores das crianças vitimadas, por meio da transmissão de saber como mecanismo em direção ao redesenho dos modos de estar com as crianças. É um recurso complementar da prática de cuidado com a vida afetiva das crianças vítimas de violência e de seus cuidadores. Supõe-se, o uso da cartilha, entregue em sala de espera ou dentro da consulta, por um profissional da rede socioassistencial, pode ser um dispositivo de cuidado a facilitar a reflexão dos cuidadores.

Pois, enquanto ação ética resultante desta produção acadêmica, o material “*Família Atenta! Cartilha de Orientações para os Cuidadores de Crianças Vítimas de Violências*” será ofertado ao CERCCA. Eis um modo da Psicologia contribuir com a prática da equipe interprofissional e as políticas de atendimento voltados à qualificação da vida humana.

6.0 REFERÊNCIAS

1. ABRAMOWICZ, Anete; RODRIGUES, Tatiane Cosentino. Descolonizando as pesquisas com crianças e três obstáculos. **Educ. Soc. Campinas**, São Paulo, v. 135, n. 127, p. 461-174, abr./jun. 2014. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/es/a/7yYpXMyr5jx5P3VwqcXdk4f/?format=pdf&lang=pt> > 28 maio 2022.
2. ABRINQ. **Família esperta é família que protege**: uma conversa com famílias e profissionais sobre como proteger crianças de 0 a 6 anos de idade de situações de violência. Recife: [S. n.], Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, 2013.
3. ALBERTO, Maria de Fátima Pereira Alberto *et al.* O papel do psicólogo e das entidades junto a crianças e adolescentes em situação de risco. **Psicologia, Ciência e Profissão**, [S. l.], v. 28, n. 3, p. 558-573, 2008. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/pdf/2820/282021767010.pdf> >. 27 set. 2022.
4. ALMEIDA, Luiz Antonio dos Anjos; SOUSA, Luciana Sena; SOUSA, Karinna Alves Amorim de. Epidemiologia da violência infantil um estado do nordeste do Brasil: série histórica de 2007 a 2016. **Rev Pre Infec e Saúde**, Piauí, v. 3, n. 2, p. 27-33, 2017. Disponível em: < <http://www.ojs.ufpi.br/index.php/nupcis/article/view/6457> >. 30 mai. 2022.
5. ALMEIDA, Raquel Ayres de; MALAGRIS, Lucia Emmanoel Novaes. A prática da psicologia da saúde. *Rev. SBPH*, Rio de Janeiro, v.14, n.2, jul/dez, 2011. Disponível

- em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582011000200012 > 28 nov. 2022.
6. ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
 7. BALBINOTTI, Cláudia. A violência sexual infantil intrafamiliar: a revitimização da criança e do adolescente vítimas de abuso. **Direito & Justiça**, Porto Alegre, v. 35, 2008. Disponível em: < <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/article/view/8207> >. 27 set. 2022.
 8. BRASIL. **Constituição Federal de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: < <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10644726/artigo-227-da-constituicao-federal-de-1988> >. 6 abr. 2022.
 9. BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 1990. Disponível em: < <https://cutt.ly/yECVBmB> >. 6 abr. 2022.
 10. BRASIL. Ministério da Saúde. **Fundamentos Técnico-Científicos e Orientações Práticas para o Acompanhamento do Crescimento e Desenvolvimento. Parte 2: Desenvolvimento**. Secretaria de Políticas de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em: < https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/crescimento_desenvolvimento.pdf >. 01 jul. 2022.
 11. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências**: orientação para gestores e profissionais de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, p. 104, 2010. Disponível em: < https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_crianças_famílias_violências.pdf >. 19 set. 2022.
 12. CHAUI, Marilena. **Sobre a violência**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
 13. CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP). **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na rede de proteção às crianças e adolescentes em situação de violência sexual**. 2ª ed. Brasília: 2020. Disponível em: < www.cfp.org.br >. 3 abr. 2022.
 14. CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP). **Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias**: referências para a atuação do psicólogo. Brasília: 2009. Disponível em: < www.cfp.org.br >. 23 set. 2022.

15. COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. 60 p.
16. CORSARO, William A. **Sociologia da infância**. 2. ed. Artmed: São Paulo, 2011.
17. DAHLBERG, Linda L.; KRUG, Etienne G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 11, p. 1136-1178, 2007. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/csc/a/jGnr6ZsLtwkhvdkrdfhpcdw/?format=pdf&lang=pt> > 30 mar. 2022.
18. D'AVILA-BACARAJI, Keiko Maly Garcia et al. Suporte parental: um estudo sobre crianças com queixas escolares. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 1, p. 107-115, jan./abr. 2005. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/pe/a/LvJ7LC7Skqq5MdCYBT8zhhg/abstract/?lang=pt> >. 28 nov. 2022.
19. EGRY, Emiko Yoshikawa *et al.* Enfrentar a violência infantil na Atenção Básica: como os profissionais percebem?. **Ver. Bras. Enferm.** [S.l.], v. 70, p. 119-125, 2017. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/reben/a/hLfJttTcbyN5RwcPqqjVbPH/?lang=pt#> >. 28 mai. 2022.
20. FERENCZI, Sandór. **Confusão da língua entre os adultos e a criança**. Em: Obras completas: Psicanálise IV. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
21. FERNANDES, Lemos, *et al.* Ansiedade e necessidades dos cuidadores de crianças com e sem deficiência. *Revista de Enfermagem*, v. 3, n. 6, p. 181-189, 2012. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=388239965002> >. 24 nov. 2022.
22. FRIEDMANN, Adriana. História do percurso da sociologia e da antropologia na área da infância. **Revista Acadêmica de Educação do ISE Vera Cruz**, [S. l.], v. 3, n.2, p. 214-235, 2011. Disponível em: < <http://site.veracruz.edu.br:8087/instituto/revistaveras/index.php/revistaveras/article/view/57> >. 22 mar. 2022.
23. FUCHS, Solange Maria Serrano; JÚNIOR, Carlos Augusto Peixoto. Sobre o trauma: contribuições de Ferenczi e Winnicott para a clínica psicanalítica. **Tempo Psicanalítico**, Rio de Janeiro, v. 46.1, p. 161-183, 2014. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382014000100012 >. 24 nov. 2022.
24. GOVERNO FEDERAL. 81% dos casos de violência contra crianças e adolescentes ocorrem dentro de casa. **Governo Federal**, 2021. Disponível em: < <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/81-dos-casos-de-violencia-contra-criancas-e-adolescentes-ocorrem-dentro-de-casa> >. 24 fev. 2021.
25. HABIGZANG, Luísa F., *et al.* Fatores de Risco e de Proteção na Rede de Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 19, n. 3, p. 379-386, 2002. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/prc/a/mkmzQRTLrhQzxxk5hnmKhVrn/?lang=pt&format=html> >. 25 nov. 2022.

26. JANIN, Beatriz. Las Marcas de La Violencia Los Efectos Del Maltrato En La Estructuración Subjetiva. **Cuadernos de Psiquiatria y Psicoterapia Del Niño y Del Adolescente**, [S. l.], v. 33/34, p. 149-171, 2002. Disponível em: < <https://www.seypna.com/documentos/articulos/janin-marcas-violencia.pdf> >. 3 abr. 2022.
27. KRUG, Etienne G. *et al* (ed.). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Geneva: World Health Organization, 2002. 380 p. Disponível em: < <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/biblioteca/relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude/#:~:text=Em%201996%2C%20a%20Quadr%C3%A9sima%20Nona,de%20sa%C3%BAde%20p%C3%ABlica%20no%20mundo%20> >. 30 maio 2022.
28. LACAN, Jacques. **O seminário. Livro 11**. In Os quatro conceitos da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
29. LEE, Bandy X. Causes and cures V: The sociology and anthropology of violence. Aggression and Violent Behavior. **New Haven**, [S. l.], v. 27, p. 158–163, 2016. Disponível em: < <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1359178916300131> > 28 maio 2022.
30. LIMA, Juciara Karla de Souza et al. Uso do desenho-estória para apreensão de entendimentos e sentimentos de crianças institucionalizadas sobre agressão física. **Revista Cuidarte**. [S.l.], v. 12, v. 1, p. 1-13, jan/abr 2021. Disponível em: < <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1177806> >. 1 mar. 2022.
31. MEAD, Margaret. **Coming Of Age in Samoa**: a psychological study of primitive youth for western civilisation. New York: William Morrow & Company, 1928. 344 p.
32. MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 32, n. 94, jun. 2017. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?lang=pt&format=html> > 22 abr. 2022.
33. MOMBELLI, Mônica Augusta, *et al*. Estrutura e suporte familiar como fatores de risco de stress infantil. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 3, n. 28, p. 327-335, jul/set, 2011. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/R6vBqmDVmJmhfsj5dKqqkVz/abstract/?lang=pt> >. 25 nov. 2022.
34. MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.
35. MONTEIRO, Tamires Alves; SARAVALI, Eliane Giachetto. Psicogênese da noção de violência: um estudo evolutivo a partir da perspectiva piagetiana. **Educação**, [S. l.], v. 36, n. 2, p. 279–296, 2011. DOI: 10.5902/198464442361. Disponível em: < <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/2361> >. 20 set. 2022.
36. NOGUEIRA, Carlos André *et al*. A importância da psicoeducação na terapia cognitivo comportamental: uma revisão sistemática. **Revista das Ciências da Saúde do Oeste**

- Baiano**, Higia, v. 2, p. 108-120, 2017. Disponível em: < <http://www.fasb.edu.br/revista/index.php/higia/article/view/190/0> >. 02 out. 2022.
37. NUNES, Antonio Jakeulmo; SALES, Magda Coeli Vitorino. Violência contra crianças no cenário brasileiro. **Ciênc. saúde colet.** [S.l.], v. 21, n. 3, p. 871-880, mar 2016. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/csc/a/hbQG5xjXFgD6qBLw4D95NNg/?format=html&lang=pt> >. Acesso em: 25 fev. 2022.
38. OLIVEIRA, Dennis de. A violência estrutural na américa latina na lógica do sistema da necropolítica e da colonialidade do poder. **Extraprensa**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 39-57, jan./jun. 2018. Disponível em: < <https://doi.org/10.11606/extraprensa2018.145010> > 24 abr. 2022.
39. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção dos direitos da criança**. 1989.
40. PIAGET, J. **O juízo moral na criança**. São Paulo: Summus, 1994. 302p.
41. PINI, Izabella Gurgel do Amaral. **Adolescente infrator: às medidas socioeducativas como instrumento de efetiva recuperação**. Monografia de Direito. Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, p. 82, 2016. Disponível em: < <https://www.acervodigital.ufpr.br/handle/1884/46333> > 4 jul. 2022.
42. QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. Em: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. **CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**: Buenos Aires, 2005. Disponível em: < http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf > 28 maio 2022.
43. QVORTRUP, Jens. Infância e política. **Cadernos de Pesquisa**, [S.l.] v.40, n.141, p. 777-792, 2010. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/cp/a/bqRcpxVHmtt6VzH7mvP6VHb/abstract/?lang=pt> > 4 jul. 2022.
44. REIS, Eliza Meirelles; COELHO, Ester Correa. Nos últimos 5 anos, 35 mil crianças e adolescentes foram mortos de forma violenta no Brasil, alertam UNICEF e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **UNICEF Brasil**, 2021. Disponível em: < <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/nos-ultimos-cinco-anos-35-mil-crianças-e-adolescentes-foram-mortos-de-forma-violenta-no-brasil> >. 24 fev. 2022.
45. ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. 3ª ed. São Paulo - Rio de Janeiro: Difel, 1979.
46. SARMENTO, Manuel J.. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. **Educ. Soc.** Campinas, v. 26, n. 91, p. 361-378, 2005. Disponível em: < <https://www.cedes.unicamp.br/> > 28 maio 2022.

47. SILVA, Celeida M. C. de S. e; SILVA, Ariadne C. de S. e. A Convenção sobre os direitos da criança e o direito à educação no Brasil. **Revista Educação**, [S. l.], v. 46, n. 1, p. e26/ 1–23, 2021. DOI: 10.5902/1984644441231. Disponível em: < <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/41231> >. 4 jul. 2022.
48. TEDESCHI, James T. The social psychology of aggression and violence. **International handbook of violence research**. Springer, Dordrecht, p. 459-478, 2003. Disponível em: < https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-0-306-48039-3_24 >. 25 jun. 2002.
49. UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (UNESP). Tipos de revisão de literatura. Biblioteca Prof. de Carvalho Matos, Botucatu, 2015. Disponível em: < chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/<https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-evisao-de-literatura.pdf> >. 01 dez. 2022.
50. UNICEF. Brasil; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil**. [S.l.], 2021. Disponível em: < <https://www.unicef.org/brazil/media/16421/file/panorama-violencia-letal-sexual-contra-criancas-adolescentes-no-brasil.pdf> > 26 fev. 2022.
51. UNICEFa. **Convenção sobre os Direitos da criança**. Disponível em: < <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-criancas> > 28 jun. 2022.
52. UNICEFb. **História dos direitos da criança**. Disponível em: < <https://www.unicef.org/brazil/historia-dos-direitos-da-criancas> > 28 jun. 2022.
53. UNICEFc. Diagnóstico do sistema de garantia de direitos da crianças e do adolescente. mar, 2021. Disponível em: < <https://www.unicef.org/brazil/media/13601/file/diagnostico-do-sistema-de-garantia-de-direitos-da-criancas-e-do-adolescente.pdf> >. 30 jun. 2022.
54. WINNICOTT, Donald. **Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Imago Ed, 2000.